UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CHELIANE ESTUMANO GAIA

DESAFIOS DO ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO NO POLO UNIVERSITÁRIO SÉRGIO MANESCHY-MOCAJUBA/PA

CAMETÁ-PA
2021

CHELIANE ESTUMANO GAIA

DESAFIOS DO ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO NO POLO UNIVERSITÁRIO SÉRGIO MANESCHY-MOCAJUBA/PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação (FAED), do Campus Universitário do Tocantins/Cametá – CUNTINS, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. João Batista do Carmo Silva

CAMETÁ-PA
2021

DESAFIOS DO ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO NO POLO UNIVERSITÁRIO SÉRGIO MANESCHY-MOCAJUBA/PA

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os indicadores que dificultam o acesso e permanência dos estudantes do curso de graduação do centro universitário Sérgio Maneschy- Mocajuba/Pa. Fez-se uso do método materialismo histórico dialético, embasada na pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, sendo dividida em três fases que englobam pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e a análise e sistematização dos dados. Com isso se baseou em autores como CUNHA (1989), CHAUÍ (2001), SILVA (2020), COELHO (2008), FILHO (2006) dentre outros. Portanto, a partir das análises realizadas, verificou-se que o processo de interiorização no Baixo Tocantins tem sido de extrema importância para expansão do ensino superior e consequentemente o ingresso dos alunos aos cursos de graduação, principalmente daqueles de camadas populares que por muito tempo ficaram à margem desse ensino. Os desafios encontrados que se caracterizam como indicadores para essa especificidade dialogam com os dados apresentados anteriormente, onde para ingressarem nessas instituições o papel das políticas de acesso se torna fundamental e inerente às possibilidades de ampliar o ingresso de cada vez mais alunos oriundos de classes populares nesse meio. No entanto, não basta somente propiciar o acesso é preciso criar condições para que esses alunos permaneçam e concluam os cursos, com isso foram encontrados indicadores que dificultam esses elementos, tais como o deslocamento dos alunos para o município a fim de estudarem, além da renda mensal desses alunos ser um indicador que contribuem para essas demandas se tornarem mais desafiadoras.

Palavras-Chave: Ensino Superior, Universidade Pública, Acesso e permanência e Interiorização.

INTRODUÇÃO

Analisar o contexto da universidade pública brasileira e junto a ela os fatores que podem dificultar o acesso e a permanência no ensino superior, em especial em um polo do Campus do interior, resultante do processo de interiorização, é de suma importância para compreendermos a função social da universidade no interior da Amazônia. Tal questão já é debatida há alguns anos e atualmente ainda continua sendo pauta dos debates que cercam o ensino superior público. Uma vez que, tem como ponto de partida a implementação das universidades públicas sobre o elitismo instaurado historicamente em nossa sociedade.

Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo, identificar e analisar as políticas de acesso e permanência da Universidade Federal do Pará. Analisando os indicadores que dificultam o processo de acesso e permanência dos estudantes do curso de graduação do centro universitário Sérgio Maneschy-Mocajuba/Pará (mais especificamente os cursos de pedagogia, geografia e

matemática) no ensino superior, assim como verificar o quantitativo de alunos assistidos pelas bolsas de assistências estudantis no Polo de Mocajuba; analisar o perfil socioeconômico dos alunos egressos de escolas públicas que ingressam no ensino superior e identificar de que forma isso pode interferir no processo de acesso e permanência, para tanto, fundamentou-se em autores como CUNHA (1989), COELHO (2008); CHAUÍ (2001), NUNES E VELOSO (2016), FILHO (2006), dentre outros.

Com isso, essa pesquisa se justifica pela relevância social que a mesma apresenta para a sociedade de forma geral e acadêmica, onde a partir dos resultados encontrados pode auxiliar em melhores condições de qualidade e igualdade para os alunos de classes populares propiciando desse modo, a democratização do acesso ao ensino superior e também sua permanência a grupos socialmente e historicamente excluídos. Para isso, analisa as categorias Ensino Superior, Universidade Pública, Acesso e permanência e Interiorização.

Dessa forma, foi estruturado em duas partes. Na primeira, é realizada uma reflexão histórica em relação a implantação da universidade pública no Brasil, contextualizando seus avanços para as diversas regiões, em especial a amazônica que culminou na criação da Universidade Federal do Pará e consequentemente seus Campis e polos fortalecidos pelo processo de interiorização. Na segunda parte, analisa os desafios que os alunos do Polo de Mocajuba enfrentaram para ingressarem no ensino superior e por conseguinte seus desafios para permanecerem e concluírem a graduação, fazendo uso dos dados alcançados na pesquisa. Para referenciação dos sujeitos da pesquisa, os mesmos serão identificados como “Aluno A” e assim sucessivamente.

METODOLOGIA

A pesquisa fundamentou-se no método do materialismo histórico dialético e assumiu uma abordagem qualitativa do tipo de Estudo de Caso. Foi desenvolvida em três fases, que englobam revisão bibliográfica, pesquisa de campo e sistematização e análise dos dados.

O materialismo histórico dialético como viés da pesquisa possibilita uma investigação crítica, reflexiva, onde o conhecimento pauta-se na transformação da realidade, como ressalta Frigotto (1991), “o que fundamentalmente importa para o materialismo histórico dialético é a produção de um conhecimento crítico que altere e transforme a realidade[..]”. Embasando-se na pesquisa qualitativa do tipo Estudo de Caso, em que na pesquisa qualitativa para Guerra (2014), “o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação”. Nesse sentido, foi

possível reunir informações detalhadas dentro do contexto da realidade dos alunos dos cursos de graduação do município de Mocajuba. Concomitante a essa realidade, a fim de analisar e fundamentar o contexto da pesquisa utilizou o tipo Estudo de Caso que para Yin (2005, p. 32) "é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos". Neste contexto, este tipo de pesquisa nos leva a compreender as singularidades inerentes aos sujeitos da pesquisa. Permitindo desse jeito, conhecer com mais detalhes as especificidades e desafios que os educandos enfrentam no decorrer da trajetória acadêmica, a partir do próprio contexto no qual estão inseridos.

Assim sendo, a mesma foi desenvolvida em três fases, a primeira relacionada à revisão bibliográfica que realizou um levantamento sobre as categorias já mencionadas. Possibilitando, dessa forma, uma reflexão acerca dos desafios para a efetivação desse modelo de educação no Brasil e consequentemente o acesso e a permanência de seus envolvidos. Nesse processo, recolheu, analisou e fundamentou os debates sobre a temática central do estudo, a partir de artigos em periódicos, livros, capítulos de livros, teses e dissertações, por meio digital e em bibliotecas. Essa fase foi de extrema importância, porquanto, teve como finalidade "colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi produzido sobre o dado assunto" (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183), criando, um arcabouço de material que serviu de referencial teórico para a pesquisa.

Na fase da pesquisa de campo, buscou compreender a realidade dos sujeitos da pesquisa, pois, segundo Severino (2007), o objeto/fonte é o ambiente próprio, nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem. Sendo assim, diretamente observados, foi adotado, como instrumento de coleta de dados o questionário, que é uma técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados, assim, o pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (SEVERINO, 2007). Para isto, foi aplicado o questionário com três turmas de graduação do polo de Mocajuba (geografia, matemática e pedagogia), obtendo como retorno 39 respostas. Como forma de mencionar os sujeitos da pesquisa, os mesmos serão mencionados como **"aluno A"**, **"aluno B"** e assim sucessivamente.

Por fim, foi realizado a sistematização e a apreciação dos dados coletados de todas as etapas da pesquisa, com base na análise de conteúdo, que é técnica de análise das comunicações pontuadas na pesquisa de campo, que tende a obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos dos conteúdos das comunicações indicadoras, a indução e a conclusão dos conhecimentos referentes às categorias de produção/recepção das mensagens. (TRIVIÑOS,

1987). Para isso, os dados foram apresentados por meio de tabelas, gráficos, quadros e outros, a fim de possibilitar uma melhor visualização dos dados encontrados e melhor compreensão dos resultados no decorrer da pesquisa.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ E O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DO CAMPUS DE CAMETÁ

A universidade pública brasileira tem, historicamente, se apresentando como instrumento de produção de ciência e tecnologia para a sociedade em geral, na qual vem se constituindo ao longo dos anos. De uma instituição que se dedicava à Medicina e aos estudos especulativos (teológicos e filosóficos), veio a ser uma importante geradora de forças produtivas (humanas e materiais), ampliando o leque do conhecimento. Estudar sobre a universidade, em especial a pública, é focalizar em uma instituição histórica, que assume diferentes formas e identidades, conforme os séculos em que se situa, de acordo com o país na qual a mesma está inserida (CUNHA, 2005).

Partindo dessa premissa, pode-se dizer que o ensino superior público, se instaura no Brasil com cercas fragilidades. Primeiramente, com relação ao seu atraso, se comparadas com outros países, segundo com suas fragilidades após sua instauração e terceiro com as crescentes lutas, principalmente das classes dominantes para sua inserção nesse meio. A partir das análises de Cunha (1989), a universidade pública chega ao Brasil, muito depois dela já está fortemente instaurada em outros países, e mesmo com sua chegada, o público que nela adentrava, era os que detinham o poder, a classe dominante. Com isso a sociedade que vivia às margens dessa realidade passou a lutar e por conseguinte, conquistar espaços dentro dessas instituições.

Conforme Cunha (1989) por mais que existissem instituições de ensino superior na época colonial, não se criou nenhuma universidade no Brasil até início do século XX, diferente do que aconteceu, por exemplo, em países hispano-americanos, nos quais a instituição universitária já existia no século XVI e até bem antes disso, logo, podemos dizer, que as primeiras tentativas de criação de Universidades brasileiras se deram com certos atrasos em comparação aos demais países. Dado que, a partir das análises realizadas por Simões (2013), encontra-se a origem das universidades no final do século XI, na Itália, mas especificamente na cidade de Bolonha, que já vivenciava um centro de cultura graças à “Escola de Artes Liberais”.

O que não foi uma realidade no Brasil, visto que, mesmo com a tentativa de implementação a partir do século XX, Cunha (1989) ressalta, que somente em 1920 que de fato se efetivou a primeira universidade pública no Brasil, concretizada por meio da

Universidade do Rio de Janeiro. A criação das universidades se constitui com diferentes modelos institucionais, na qual tiveram suas influências étnicas, religiosas, econômicas, políticas e sociais, definindo, desse modo, traços particulares para a sua criação. E desde o seu surgimento, as universidades têm sido alvos das mais diversas formas de repressão, na qual sofre grandes ataques das classes ditas elitizadas, seja na forma das acusações dirigidas a elas por agentes econômicos, seja na avaliação feita por dirigentes políticos e autoridades públicas (FILHO, 2006).

Dessa maneira, a missão da Universidade definida ao longo da história, busca de acordo com Filho (2006), tornar-se o lugar de formação de pesquisadores, pensadores independentes, produtores de conhecimento e de técnicas socialmente necessárias ao desenvolvimento do bem-estar humano. Ainda em concordância com o autor, sua missão é exclusivamente com a sociedade e torna-se o lugar da formação de uma elite intelectual, cultural e científica. Essa não é uma elite de classe, ser elite aqui explica o autor, é apenas no sentido do elevado grau de compreensão da realidade que os cerca, devendo os envolvidos e a sociedade em si, alargar o acesso a tantos mais quanto seja possível.

Com os avanços da universidade no contexto brasileiro, impulsionado pelas constantes ações de reivindicações de ampliação dessas instituições e sua descentralização dos grandes centros urbanos, a universidade alcança outras regiões, dentre elas a região amazônica, que apresenta suas especificidades em todos os sentidos, incluindo o educacional. Falar da Universidade na Amazônia, é preciso considerar suas condições que como salienta Mello (2007):

> Uma Universidade na Amazônia precisa trabalhar em rede. Expandir- se pelo interior. Possuir, real e virtualmente, campi flutuantes. Ir ao encontro das populações mais afastadas, dos pólos urbanos emergentes, das comunidades rurais tradicionais, dos diversos grupos étnicos, oferecendo as novas gerações de jovens, nessas localidades e situações, ávidos por desenvolvimento humano – e cujo crescimento demográfico amplia progressivamente a demanda por educação superior -, oportunidade reais de crescimento intelectual e profissional. (MELLO, 2007, p. 25)

Tendo por base a ideia do autor, é preciso pensar nos avanços da Amazônia considerando suas especificidades interioranas, para então, concretização de ações efetivas. A criação da Universidade Pública no Brasil, como bem já explicita por Cunha deu-se tardiamente em comparação a outros países, somente em 1920 que se efetivou a primeira universidade pública no Brasil, concretizada por meio da Universidade do Rio de Janeiro

Se, em um contexto mais amplo a universidade chega no Brasil tardiamente, tal processo também é estendido na expansão da mesma para outros estados e cidades pertencentes ao Brasil, como caso da Amazônia e especificamente da Universidade Federal do Pará (UFPA),

que conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) foi implementada em 2 junho de 1957 pela Lei nº 3.191 sob o governo de Juscelino Kubitschek no qual houve um grande incentivo às obras públicas. Inicialmente os primeiros cursos ofertados eram realizados por meio de convênios entre faculdades estaduais, federais e particulares, possibilitando a oferta de 10 cursos (Medicina e Cirurgia, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras, além de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais).

A partir da implementação da Universidade Federal do Pará, e suas conquistas foi possível que a mesma se fortalecesse enquanto instituição e se estendesse para outros Campus que teve novas dimensões a partir da implantação do Projeto Norte de Interiorização dado em três versões o I PNI (1986 a 1989); II PNI (1994 a 1997) e o III PNI (1998 a 2001), instituindo legalmente o programa de interiorização na UFPA. Por meio de tal programa foi "traçado as diretrizes gerais da expansão/interiorização para toda a região, estabeleceu prioridades e delineou metas e definiu estratégias que fundamentaram o desenvolvimento das ações específicas a serem desenvolvidas" (COSTA, 2014, p. 227). O Projeto de Interiorização, de acordo com Coelho (2008) teve como ação efetiva a formação do educador de licenciatura plena, tendo como objetivo, o desafio de qualificar o quadro docente no interior do Estado. A referida ação possibilitou a formação de milhares de licenciados no interior do Pará que, sem essa política, dificilmente teriam acesso a um curso de nível superior em uma universidade pública.

> há de se considerar que sem a interiorização a Universidade Federal do Pará não daria conta, a partir tão somente de Belém, de propiciar formação superior que contemplasse as reais necessidades de investimento nesse nível de ensino no Pará. Ela permitiu com que a UFPA atendesse a uma demanda bastante tempo reprimida quanto ao acesso à educação universitária (SILVA E LOPES, 2017, p. 35).

Foi a partir dessa política, que a UFPA passa para o processo de interiorizar por meio da sua descentralização dos grandes centros urbanos, conquistando assim, a denominação de universidade Multicampi, presente nos diversos municípios.

Essa política foi de imensurável importância como marco para a interiorização, tendo ainda, o fortalecimento do Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído por meio do Decreto n° 6.096, de 24 de abril de 2007, objetiva "[...] criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais". (BRASIL, 2007). Dessa forma, houve a expansão das instituições de ensino superior, a criação de novos cursos, em especial em períodos noturnos, bem como a abertura de Campus em cidades interioranas.

A expansão das Universidades Federais ocorreu, em sua maioria, por meio da interiorização das instituições pelo processo de interiorização promovido pelo REUNI mediante a criação de novos campi, sejam estes vinculados aos Institutos Federais de Educação Tecnológica ou às Universidades, resultou num aumento das matrículas nas unidades de ensino localizadas no interior. (SCHER; OLIVEIRA, 2020).

A partir dessa política de acesso ampliou a infraestrutura física da universidade e aumentou a quantidade de vagas dos cursos de graduação como também sua expansão aos interiores, se configurando como uma universidade *multicampi*, com atuação no estado do Pará, sede e foro legal na cidade de Belém. Atualmente, além do campus de Belém, há 11 campi instalados nos seguintes municípios: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí.

Para Coelho (2008), as políticas de interiorização ganharam impulso a partir da Constituição de 1988, quando em seu artigo 60, das Disposições Transitórias, estabeleceu o prazo de 10 anos, a partir da promulgação da Constituição Federal, para o poder público eliminar o analfabetismo e descentralizar o ensino superior, uma vez, que o mesmo ainda se instaurava com grande frequência nas grandes capitais. Ainda consoante a autora:

> o projeto de interiorização teve como ação afirmativa a formação do educador de licenciatura plena, como objetivo, o desafio de qualificar o quadro docente no interior do Estado. A referida ação possibilitou a formação de milhares de licenciados no interior do Pará que, sem essa política, dificilmente teriam acesso a um curso de nível superior em uma universidade pública. (COELHO, 2008, p. 34).

Sem tais políticas, milhares de jovens e adultos, talvez nunca tivessem ingressado no ensino superior público, considerando que as instituições existentes ficavam situadas nas sedes, ou seja, na capital do estado, onde muitos não teriam e não tem condições de se deslocar para estudar. Com as instituições expandindo para outros lugares, possibilitou a oportunidade de inserção e melhoria de qualidade social e educacional alicerçando as três categorias que são inerentes às suas concepções, o ensino, pesquisa e extensão que contribuem para a melhoria da qualidade educacional, além de sua importância imensurável para a comunidade acadêmica e sociedade em geral, principalmente para aqueles que se viam sem condições de frequentarem uma instituição pública de ensino superior, dada todos os desafios. Analisar o processo de interiorização das universidades em especial as federais são necessárias, haja vista que por meio desse processo se expandiu a universidade segundo Silva et al:

> [...] foi por meio desse importante processo que inúmeros sujeitos localizados nos municípios e nas proximidades puderam e podem ter acesso ao ensino superior, pois sem esses meios muitos dos docentes e discentes que ocupam hoje os espaços das instituições não teriam “feito” universidade, se não houvesse universidade implantada nesses locais, o que reflete nos inúmeros pais de estudantes que não conseguiram cursar o ensino superior por falta de condições. Hoje, com a expansão

> dessa possibilidade, muitos filhos e filhas de trabalhadores estão inseridos nessa dinâmica universitária, podendo, a partir da formação recebida, lutar por melhores condições de vida para si e para suas comunidades. (SILVA et al, 2020, p. 36).

Para Coelho (2008), essa interiorização por meio da UFPA é marcada pelo desafio de expandir o ensino superior em áreas fortemente marcadas pela presença dos seus rios e florestas, e principalmente cortada pelo rio mais importante da região, o Tocantins, o que afronta com as dificuldades de acesso, ao sacrifício da viagem de docentes e discentes que precisam se deslocar. Ao mesmo tempo em que apresenta como um desafio para os envolvidos apresenta-se como grande compromisso social de uma instituição com a sociedade buscando possibilitar que cada vez mais alunos possam ter a oportunidade de ingressar no ensino superior público sem precisarem se deslocar de seus municípios.

Nessa perspectiva, foi implementado o Campus de Cametá, que de acordo com Coelho (2008), inicialmente ofereciam apenas cinco cursos, tendo depois que diminuir para dois, devido seus problemas internos e suas fragilidades, ficando sem respaldo político para ter suas demandas atendidas. Mas foi com imensas lutas que o Campus se ergueu, contribuindo imensamente para o município e localidades locais, visto que, para um camponês ou ribeirinho do rio Tocantins ter um filho formado pela UFPA representa não só melhorias de vida e ascensão intelectual, significa também a vitória, o triunfo daquele que, desde o nascimento remou contra a correnteza do rio da vida, dos obstáculos como imenso funil que desde a inscrição exclui qualquer pobre do acesso à Universidade (COELHO, 2008).

Mediante a afirmativa, observa-se que é através dos campi presentes nos interiores do estado que se efetivou o Campus de Cametá no ano de 1987, sob a administração do Reitor José Seixas Lourenço. A sua implantação a partir das análises de Coelho (2008) é um marco muito importante do ponto de vista histórico, se consideradas peculiaridades geográficas que o município apresenta, no qual é cortado de Sul a Norte pelo rio mais importante, o Tocantins, que divide a cidade em duas partes, regiões de terra firme e das ilhas.

Inicialmente, para a oferta dos cursos, foi realizado convênio entre o Centro de Educação e o Governo do Estado. Sua sede do campus de Cametá, foi instalada no Bairro da Matinha, Travessa Padre Antônio Franco, local que funcionava a primeira escola municipal da cidade, a Professora Maria Cordeiro de Castro, que foi doada oficialmente para a Universidade apenas em 1991. Foi a partir de sua efetivação e contribuição do REUNI que foi possível maior ampliação da estrutura do Campus, da mesma maneira que contribuiu para um número maior de cursos como também o número de vagas, e ainda para o aumento do número do quadro docente.

Atualmente, a UFPA Cametá, possui prédio próprio, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), que no ano de 2017, possuía um quadro docente de 83 professores efetivos e 13 substitutos, além de um corpo técnico administrativo composto por 26 servidores efetivos, um número ainda insuficiente frente à demanda das turmas flexibilizadas para outros municípios. Além dos cursos de graduação, houve no ano de 2014 a primeira turma de mestrado acadêmico na área de Educação e Cultura do Campus, oferecendo 10 vagas. Atualmente o mestrado oferece duas linhas de pesquisas, a Linha Culturas e Linguagens e a Linha Políticas e Sociedades, de acordo com seu Portal, no ano de 2020, foram ofertadas 15 vagas para a linha Culturas e Linguagens e 14 vagas Linha Políticas e Sociedades.

A partir do processo que se instalou tendo como sede o Campus de Cametá, foi possível, pensar novas formas de expansão das instituições, por meio da flexibilização, que culminou no oferecimento de cursos aos Polos Universitários de Baião, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará e Mocajuba. Analisando especificamente o município de Mocajuba, em concordância com o Portal da UFPA, a Universidade Federal do Pará, por meio do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, iniciou suas atividades no município de Mocajuba no ano de 2012. Ainda, é importante frisar que esse processo de interiorização com os Campus e polos não se deu e não se dá de forma isolada, é realizada parcerias entre as universidades e as prefeituras para efetivação dessas ações.

OS DESAFIOS DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA NO CENTRO UNIVERSITÁRIO SÉRGIO MANESCHY-MOCAJUBA/CUNTINS CAMETÁ

O polo Sérgio Maneschy, localizado no município de Mocajuba, Município do Estado do Pará. Localiza-se a uma latitude 02º35'03" sul e a uma longitude 49º30'26" oeste, estando a uma altitude de 30 metros. Sua população estimada em 2020 é de 31.530 habitantes. Possui uma área de 871,171 km², sendo cortada por um dos maiores rios brasileiros, o Rio Tocantins e no município ele chega a uma largura de mais de 3 km. A cidade de Mocajuba se apresenta como uma cidade típica ribeirinha com sua vista para o rio Tocantins, possui uma base econômica vinculada à agricultura (plantios de mandioca, pimenta do reino, açaí, cacau, maracujá, etc)

Para melhor entendermos a realidade do acesso ao ensino superior é preciso entender as demandas do Processo Seletivo no município de Mocajuba. De acordo com o site oficial da UFPA, o Processo Seletivo no que tange ao número de vagas ofertadas e também ao número de inscritos está expresso no quadro seguinte.

Quadro 01: Número de vagas ofertadas e número de inscritos no Processo Seletivo de 2018 e 2019 respectivamente.

PROCESSO SELETIVO 2018		PROCESSO SELETIVO 2019	
Nº de vagas ofertadas	Nº de candidatos inscritos	Nº de vagas ofertadas	Nº de candidatos inscritos
7.368	**109.078**	**7.444**	**88.376**

Fonte: Os autores

Esses dados revelam que mesmo com as políticas de expansão das universidades, as mesmas não estão sendo suficiente para que os sujeitos possam adentrar a essas instituições de forma "ampliada", pois mesmo com todos os avanços com a criação de políticas eficazes, ainda assim a lacuna histórica é muito grande que não consegue suprir a demanda. O fato de muitos não conseguirem adentrar nessas instituições, conforme Chauí (2003) tem forte influência com a qualidade do ensino oferecido.

> [...] a baixa qualidade do ensino público nos graus fundamental e médio tem encaminhado os filhos das classes mais ricas para as instituições privadas e, como preparo que ali recebem, são eles que iram concorrer em melhores condições às universidades públicas, cujo nível e cuja qualidade são superiores aos das universidades privadas. (CHAUÍ, 2003, p.13).

Ingressar em uma instituição com forte concorrência no vestibular pressupõe, sem dúvida, uma formação anterior favorável, mas para os alunos oriundos de escolas públicas essa formação, infelizmente não é o suficiente. Sabendo dessa lacuna na educação básica, o capitalismo por meios dos cursinhos pré-vestibulares inova e cada vem mais crescem em buscas desses alunos que almejam se preparem para "disputar" as vagas, o que não é a realidade de muitos e muitos alunos, filhos de trabalhadores que não possuem condições de arcar com as despesas, que por sua vez são caras.

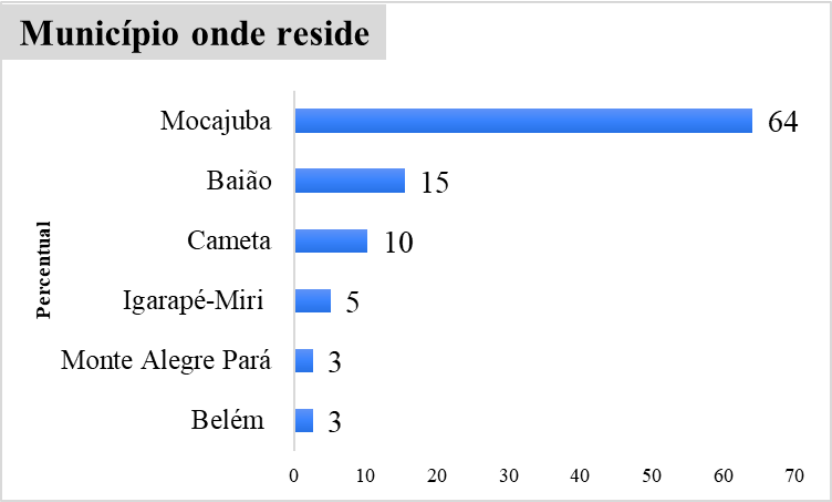
O acesso às instituições ainda é um desafio, em razão de o número de alunos concluintes do ensino médio ultrapassa os números de vagas destinadas à educação superior, tendo como exemplo o lócus dessa pesquisa que no ano de 2018 e 2019, a partir dos dados fornecidos pela 2ª URE de Cametá concluíram o ensino médio 397 e 445 respectivamente, totalizando, 842 alunos egressos somente da única escola pública do município de Mocajuba, a EEEM Isaura Baia. Números esses que demonstram a imensa disparidade, considerando que no ano de 2018 como mostra o seu portal, a UFPA ofertou para o polo 40 vagas, quantitativo que cresceu no ano seguinte, sendo ofertadas 164 vagas. Percebe-se a partir dessa análise que as vagas ofertadas não conseguem atender a todos os concluintes do ensino médio, havendo uma imensa disputa

entre os candidatos para ingressarem nessas instituições, uma vez que, o município atende alunos de outras localidades tornando a demanda ainda maior.

A partir da análise anterior, um número muito grande de alunos não consegue ingressar no ensino superior dada as suas especificidades e consequentemente ao quadro de vagas que não são suficientes. Pois, na raiz do problema persiste uma realidade presente de uma pirâmide educacional extremamente perversa, na qual só permite que uma fração muito pequena de estudantes se aproxime efetivamente da educação superior (NEVES; RAIZER; FACHIMETTO, 2007, p. 129). Essa realidade ocorre pela trajetória social, econômica e cultural dos alunos que interferem diretamente na possibilidade de acessar e permanecer nos cursos de graduação. Pois, a educação se articula com as diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, de acordo com Dourado e Oliveira (2009) elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas. A educação, portanto, é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade, de um dado sujeito. Sendo necessário que esses sujeitos tenham condições de subsistência básicas, acesso a padrões mínimos de qualidade que perpassam pelas diversas áreas, sejam elas econômicas, sociais e culturais de sua família.

A partir dos dados coletados, fica possível visualizar parcialmente tais elementos por meio do perfil dos alunos questionados, que contribuem para acentuar os desafios que os mesmos já enfrentam. Desafios estes que se acentua dado o curso na modalidade intervalar, em que os alunos estudam apenas dois meses por semestre o que corresponde a janeiro/fevereiro e julho/agosto, implicando no perfil residente desses alunos, como mostro o gráfico 01 a seguir:

Gráfico 01: Percentual dos municípios de origem dos alunos de graduação do polo universitário Sérgio Maneschy -Mocajuba/Cuntins Cametá, no ano de 2021.

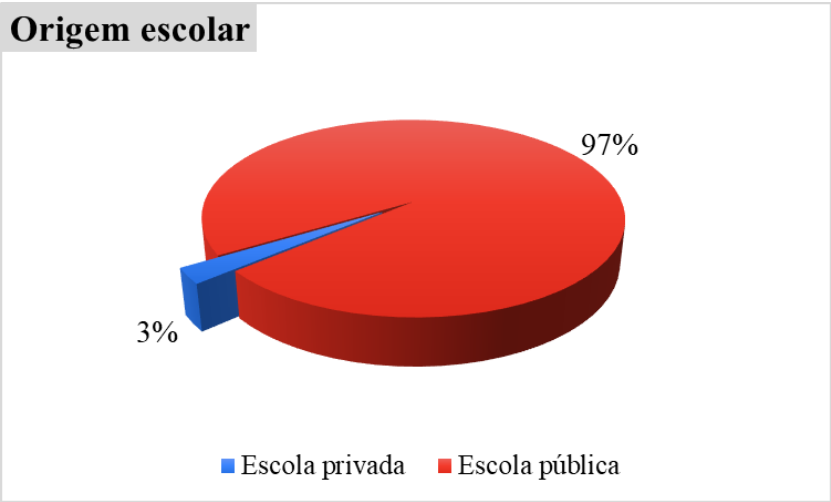


Fonte: Elaborada pelos autores

A partir do exposto, nota-se que Mocajuba, município de localização do polo Sérgio Maneschy, atende majoritariamente alunos do próprio município, corresponde a 64% da população. No entanto, não pode deixar de mencionar os 36% que residem em outras localidades como Baião, Igarapé Mirí, Cametá e outros. Apresentando seus desafios próprios no que diz respeito a sua permanência e continuidade nos estudos, como ressalta o **Aluno A** quando questionado sobre as dificuldades no processo formativo, ele ressalta que seu maior desafio consiste na "Moradia, alimentação, transporte, falta de dinheiro" visão essa fortalecida pelo **Aluno B** no qual elenca que seu desafio está na "Locomoção, pois não moro onde estudo e financeira, pois não recebo nenhum benefício". **O aluno C** também destaca essa característica, para ele o desafio está em "morar longe do polo onde estudo, tenho que me deslocar para o município para poder estudar e a questão financeira que estudo em período de férias/intervalar". Diante das falas dos sujeitos, fica visível que o indicador localidade em que esses alunos residem influenciam e acentuam os desafios no que refere-se a sua estadia durante o período em que as aulas são ofertadas, uma vez que precisam de toda uma dinâmica econômica para se deslocarem em prol de frequentar as aulas.

A questão econômica/financeira dos sujeitos é evidentemente exposta como um desafio para quem deixa seu lar e enfrenta questões pessoais e econômicas que influenciam fortemente no processo formativo. Além de que esse dado é reforçado se forem considerados que 97% dos sujeitos são oriundos da rede pública de ensino, que apresenta todas as suas problemáticas e fragilidade dado um contexto nacional e se intensifica se analisarmos o contexto regional com as características específicas amazônicas.

Gráfico 02: Percentual da origem escolar dos alunos de graduação do polo universitário Sérgio Maneschy -Mocajuba/Cuntins Cametá, no ano de 2021.



Fonte: Elaborada pelos autores

Esse dado reflete e reafirma a função social da universidade no contexto brasileiro e regional no qual está inserida, ideia essa destacada por Chauí (2001), que diz que a universidade é comprometida com a realidade e a sociedade que faz parte, onde luta para que os anseios da sociedade possam ser debatidos e analisados afim de contribuir para os sujeitos que dela dependem, visto que, em condição de instituição, a universidade tem como horizonte a universalização e como referência a sociedade que é e faz parte. Com isso, quando a universidade pública se faz presente nos mais diversos âmbitos, ela possibilita à sociedade de forma geral, bem como aos alunos a ampliação das oportunidades de acesso principalmente aqueles oriundos de escolas públicas e de classes sociais populares. Essa estatística para Sampaio (2011) é um traço relevante, não só como elemento que compõe o perfil desses sujeitos, mas sobretudo, o que significa ser egresso de escola pública e estudante de ensino superior em universidade pública. Na qual apresenta desafios desde a educação básica, e esses desafios, em sua maioria são refletidos no ensino superior, quando os alunos ressaltam as dificuldades pessoais de conseguirem prosseguir com o processo formativo já inserido no ensino superior.

Pela razão dos alunos serem 97% de escolas públicas, os mesmo para ingressarem no ensino superior não frequentaram cursinhos pré-vestibulares, uma das maneiras de se preparar para as provas que dão acesso a esse nível, como por exemplo o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), levando em consideração que a preparação, em tese, desses sujeitos, demanda de recursos aos quais as famílias não usufruem, como mostra o gráfico a seguir.

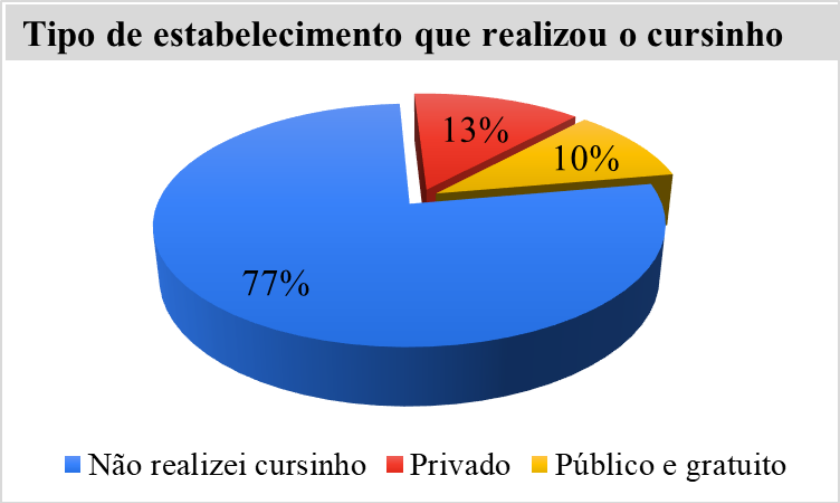
Gráfico 03: Percentual dos alunos de graduação que realizaram cursinhos pré-vestibulares do polo universitário Sérgio Maneschy -Mocajuba/Cuntins Cametá, no ano de 2021.

Fonte: Elaborada pelos autores

À vista disso, mesmo que 23% tenham realizado essa preparação, ainda 10% o realizaram de forma gratuita, ou seja, realizam sua preparação também no modelo público de

ensino, sendo possível visualizar no gráfico 04. É partindo dessa perspectiva, que os cursinhos públicos ou cursinhos populares vem ganhando força em âmbito regional e local. Ainda que seja em pequeno número, tem se pensado cada vez mais dentro das instituições projetos de cursinhos populares para a sociedade, que é parte inerente desse movimento de se pensar junto da sociedade às suas demandas em prol cada vez mais de uma educação que equaliza e garante oportunidade para todos, pois esse é o viés e o diferencial dos cursinhos populares, onde ao mesmo tempo que se planeja ações para ajudar na preparação dos alunos se pensa em ações que o humanizam.

Gráfico 04: Percentual do tipo de estabelecimento utilizado pelos alunos de graduação para realizarem cursinhos pré-vestibulares do polo universitário Sérgio Maneschy - Mocajuba/Cuntins Cametá, no ano de 2021.



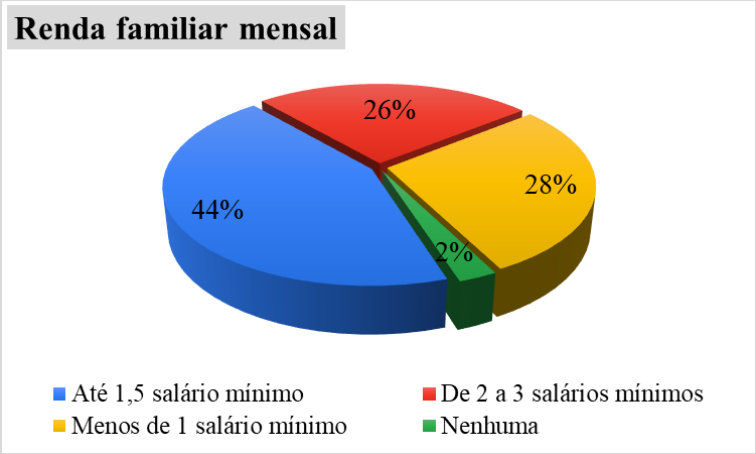
Fonte: Elaborada pelos autores

Os cursinhos populares são uma categoria de cursinhos preparatórios surgido em resposta a movimentos que buscam a democratização e igualdade da expansão do acesso ao ensino superior das classes menos favorecidas (FORTES, 2005). Possibilitando dessa forma, que os filhos de trabalhadores que não tem condições de arcar com os altos custos dos cursinhos comerciais possam ter essa oportunidade por meio de ações gratuitas. Ressaltando nesse sentido, que o fortalecimento de ações como esta minimizam as diversas desigualdades existentes entre aqueles que disputam uma vaga por meio dos exames vestibulares.

O elemento mostrado anteriormente, culmina em uma série de razões que impossibilitam os alunos a optarem em fazer ou não essa preparação, principalmente no que desrespeito às condições financeiras do núcleo familiar. De acordo com Silva et al (2020), que analisa o IBGE (2019), com relação à renda, destaca que o rendimento médio mensal de trabalho da população 1% mais rica foi quase 34 vezes maior que o da metade da população

(50%) mais pobre, em 2018. Isso significa que a parcela de maior renda arrecadou R $27.744,00 por mês, em média, enquanto os menos favorecidos ganharam R $820,00 por mês. Esses dados constatam a extrema desigualdade da distribuição de renda no Brasil, que esbarram nas implicações educacionais e sociais na vida dos sujeitos, e tem influenciado as condições econômicas e educacionais que os alunos do curso de graduação do Polo de Mocajuba enfrentam, ficando visível, no dado seguinte.

Gráfico 05: Percentual da renda familiar mensal dos alunos de graduação polo universitário Sérgio Maneschy -Mocajuba/Cuntins Cametá, no ano de 2021.



Fonte: Elaborada pelos autores

Os dados destacados até aqui, vem ressaltar um perfil de alunos que a universidade pública tem se propondo a inserir nesse meio, meio este, constituído historicamente e frequentado por muitos anos somente pela classe elitizada, mas que com as diversas expansão e implementação de políticas públicas, tem propiciado o avanço e ingresso desses alunos.

Dessa maneira, para que os alunos possam fazer parte desses meios, tem se efetivado dentre outras, a política de cotas que se caracteriza-se como uma política pública que visa ampliar o acesso ao ensino superior a segmentos socialmente discriminados que abrange os critérios ético -raciais, renda e origem em escolas públicas. No Brasil, as desigualdades sociais e a baixa qualidade da educação oferecida nas escolas públicas de modo geral, dificultam o acesso ao ensino superior, como já mencionado. Dessa forma, a reserva de vagas para grupos excluídos (negros, indígenas, quilombolas e etc) tendo por base Silva (2003, p.49), é mais que uma ação benevolente que busca mover os ditos inferiores para uma pretensa melhor situação, tendo como modelo os que se classificam como superiores, já que se configura como reconhecimento da diversidade étnico-racial brasileira.

Para tanto, a mesma fixou a obrigatoriedade da reserva de 50% de todas as vagas nas instituições federais de ensino para estudantes oriundos de escolas públicas, com subcotas para

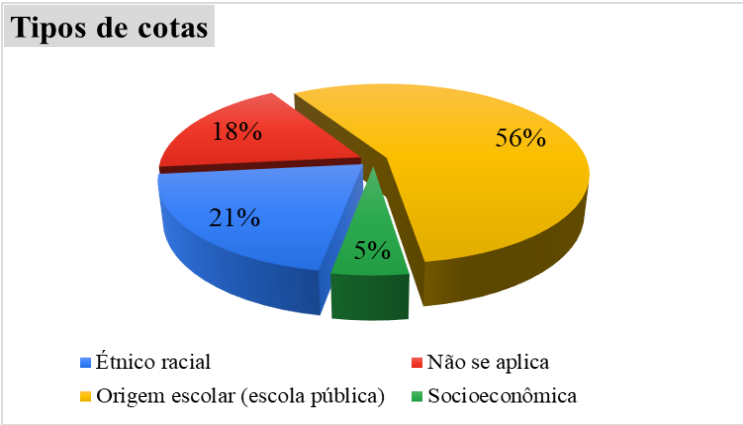
estudantes de famílias com renda per capita ou inferior a um salário mínimo e meio; e/ou autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (BRASIL, 2012). A partir dos dados obtidos com o questionário, os alunos do Polo Sergio Maneschy, correspondem a 82% que para ingressarem necessitam das políticas públicas de ingresso, mais especificamente as políticas de cotas como mostra o gráfico 06 a seguir.

Gráfico 06: Percentual dos alunos de graduação polo universitário Sérgio Maneschy - Mocajuba/Cuntins Cametá, cotistas e não cotistas, no ano de 2021.

Fonte: Elaborada pelos autores

A concretização dessa lei só foi possível, mediante ao decreto nº 7.824 de 11 de 2012, que estabelece a reserva de vagas a partir de três critérios: origem da escola pública, renda familiar per capita e etnia/raça do candidato. Tal decreto se efetivou como direito através da aprovação da Lei nº 12.711/2012, estabelecendo a reserva de metade das vagas (50%) para as cotas raciais e sociais. Dialogando desse modo, com os tipos de cotas que os alunos se enquadram, como mostra o dado seguinte, em que 21% usou a cota étnico racial, 56% a origem escolar e ainda 5% a socioeconômica, totalizando, 82% que usufruíram dessa política.

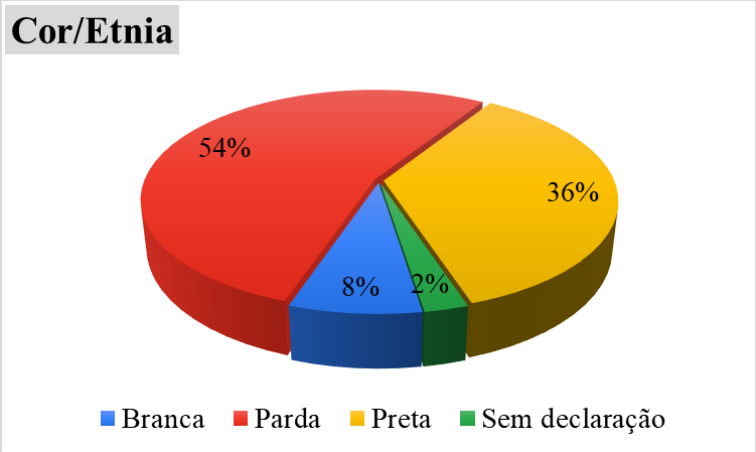
Gráfico 07: Percentual de cotas utilizada pelos alunos de graduação polo universitário Sérgio Maneschy -Mocajuba/Cuntins Cametá, no ano de 2021.



Fonte: Elaborada pelos autores

Ainda nesse viés, no que refere à alta declaração dos mesmos que tem estrita ligação com os elementos anteriores, tendo por subsídios a Lei 12.711/2012, os sujeitos se declaram na sua maioria pardos e pretos com 54% e 36% respectivamente, representado no gráfico 08, chamando a atenção ao dado no que refere-se a declaração de pretos, que tem um percentual muito importante de se frisar, considerando as diversas marginalização que esses grupo social enfrentou e ainda enfrenta na sociedade em todos os âmbitos, inclusive no educacional.

Gráfico 08: Percentual da autodeclaração dos alunos de graduação polo universitário Sérgio Maneschy -Mocajuba/Cuntins Cametá, no ano de 2021.



Fonte: Elaborada pelos autores

Dito isto, ressalta a importância da adoção de tais medidas, que na realidade brasileira, tem sua justificativa na longa história de discriminação e desigualdade experimentada desde os tempos coloniais, o que se reproduz no presente. Tais medidas são concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (Gomes apud Queiroz, 2012).

Tendo por base a citação, a referida lei, tem o intuito de não somente ampliar a elevação do número de acesso nos cursos de graduação por parte desses sujeitos, mas também dar visibilidade para grupos socialmente negados e discriminados desprovidos de direitos, principalmente educacionais, buscando desse modo, sua contribuição na redução das desigualdades raciais e sociais.

Por essa razão, o reconhecimento da eficiência das políticas de cotas é fundamental para seu desenvolvimento e principalmente, sua continuidade. Visando dessa maneira, a redução das desigualdades existentes entre os diferentes grupos da sociedade brasileira, tornaram-se parte das ações governamentais e das universidades públicas nos últimos 17 anos. Investigar as

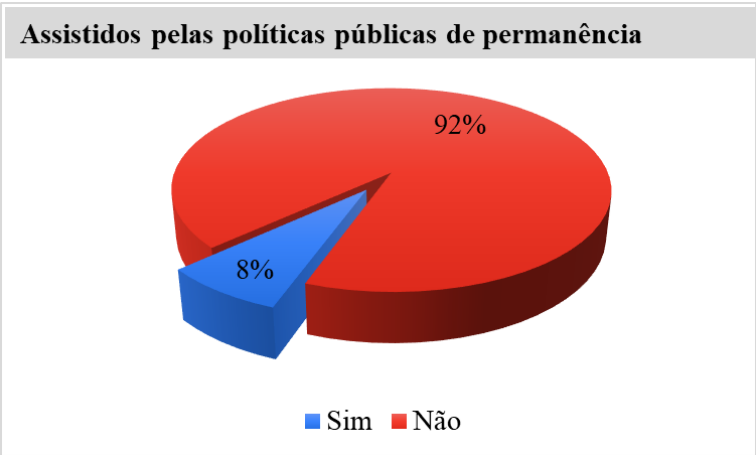
contribuições das cotas nas universidades é um assunto relevante em face de um cenário histórico de exclusão social e racismo associado a um sistema educacional desigual e limitado, como o ainda existente no Brasil (OLIVA, 2020).

Os desafios não se restringem somente ao acesso, expande-se também para a permanência. Diante dos desafios que os alunos apresentam para permanecerem nos cursos, as universidades em especial a UFPA tem criado mecanismos para abranger as demandas dos discentes, tem se preocupado em criar mecanismos para concretizar tais ações tanto da sede como nos polos, para isso, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2010, com a finalidade específica de "[...] ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal". (BRASIL, 2010).

A proposta de implantação do PNAES prevê a articulação das suas ações com as ações de ensino, pesquisa e extensão das IES (Instituições de Ensino Superior) Federais, abrangendo as seguintes áreas no que toca à assistência ao estudante: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010). Há indicação de prioridade aos estudantes oriundos da rede pública de educação básica e aqueles de baixa renda. (BRASIL, 2010)

No entanto, no lócus onde foi realizada essa pesquisa, verificou que a maioria dos estudantes, o que corresponde a 92%, não são assistidos por essas políticas de permanência (moradia, permanência, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, ensino, pesquisa e extensão, entre outros), agravando ainda mais todas as situações econômicas e sociais que os mesmos já enfrentam desde a educação básica, como mostra no dado seguinte.

Gráfico 09: Percentual dos alunos de graduação polo universitário Sérgio Maneschy - Mocajuba/Cuntins Cametá, assistidos pelas políticas públicas de permanência, no ano de 2021.



Fonte: Elaborada pelos autores

A aquisição dessas bolsas com certeza contribuiria muito para a sua permanência e desenvolvimento proveitoso no que diz respeito ao processo educativo, igualmente para as exigências básicas que o curso exige dado o seu modelo intervalar. Essas estatísticas influenciam e dificulta o processo formativo dos sujeitos, já que para o Aluno D, o desafio maior está em se "Dificuldade na permanência pois não consegui nenhuma bolsa para me ajudar a me manter na cidade do polo, com isso vem a dificuldade na disponibilidade dos materiais didáticos" reafirmando o que o aluno anterior diz, o Aluno E também ressalta sua dificuldade com relação a isso "A falta de assistência financeira para nós, é muito escasso, poucos conseguem tal feito".

À face dos dados, evidencia os desafios no que está relacionado a sua permanência e vêm de diversos fatores que podem até mesmo anteceder o ingresso nas instituições, como ressalta Nunes e Veloso (2016).

> A permanência do estudante na Educação Superior pode ser atribuída a diversos fatores, desde os que antecedem ao evento em si, aos que se apresentam no percurso acadêmico e, ainda, aos que se têm como projeção de vida futura. Sumariamente, é possível afirmar que os 'antecedentes' dizem respeito à trajetória socioeconômica e cultural do estudante; o 'percurso acadêmico' remete aos estímulos ou entraves nele vivenciados no processo formativo; as 'projeções' representam o que o acadêmico vislumbra como profissão, diante das condições inscritas socialmente. Esses aspectos, em geral, expressando-se de forma relacionada, tendem a determinar a situação de permanência nos estudos (ou do seu contrário, o abandono), dependendo das possibilidades de enfrentamento. (NUNES; VELOSO, 2016, p. 51)

Como o acesso à aquisição dos auxílios se dá de forma fragmentada por parte dos educandos, isso influencia na forma como se mantém. Visto que, de acordo com os dados já mencionados anteriormente no que refere-se às condições socioeconômicas em que suas rendas mensais são em torno de 1,5 salário mínimos e abaixo disso, tendo ainda que arcar com as despesas referente ao deslocando de seus filhos para concretizar o estudo, e também aliada ao fato dos mesmos não receberem auxílio da assistência estudantil implica ainda mais nos desafios com gastos com materiais escolares, com alimentação, com moradia dentre outras coisas básicas inerentes aos estudantes. Apesar dos desafios elencados pelos alunos, ainda assim, eles esperam que o curso além de contribuir para a formação profissional possam também contribuir para transformação da sociedade por meio da educação, além de ter nos cursos de nível superior a perspectiva de uma vida melhor por meio da educação, vendo na mesma um caminho, senão o único para a ascensão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, analisar os desafios que os alunos enfrentam é de suma importância para entendermos o perfil e as demandas dos alunos que ingressam nessas instituições, e também, desenvolver ações que possam contribuir para que cada vez mais jovens de classes desfavorecidas possam ingressar nessas instituições de ensino que prioritariamente eram excluídos e não somente isso, possam ter condições adequadas para permanecer e assim, minimizar os diversos desafios que esses discentes enfrentam no ensino superior público.

Desde o surgimento da universidade há uma forte exclusão das classes sociais menos favorecidas, na qual os mesmos não têm condições de passar da escola pública de ensino médio para a universidade pública. Com isso, faz se necessário pensar mecanismos que possibilitem cada vez mais o ingresso e permanência desses sujeitos no ensino superior, a fim de amenizar as desigualdades existentes. Por conseguinte, pensar em ações que garantem a inserção e igualdade para todos no que cerne a entrada e permanência no ensino superior torna-se necessária, haja vista as crescentes desigualdades existentes. A proximidade estabelecida nesta pesquisa entre as demandas dos alunos e os desafios torna-se visível as imensas disparidades em que os alunos que saem do ensino médio passam para adentrar ao ensino superior, posto que a partir das análises o número de alunos que conclui o ensino médio somente no município de Mocajuba ultrapassa o número de vagas que a UFPA disponibiliza para o município.

Nesse sentido, conclui reafirmando a importância dessa pesquisa para o campo acadêmico e social, uma vez que pode levantar questionamentos e indagações importantíssimas sobre os alunos, sobre as políticas de acesso e permanência e principalmente sobre mecanismos que podem contribuir com a universidade para entender as demandas dos alunos e tornar tanto o acesso quanto a permanência acessível aos mesmos, partindo do pressuposto fundamental do ensino superior ser para todos, inclui também e principalmente os denominados oprimidos, marginalizados ou excluídos, ao direito de ingresso nas instituições universitárias.

A pesquisa teve como objetivo, reconhecer os desafios que os sujeitos apresentam no que condiz ao seu acesso e sua permanência nos cursos de graduação do polo universitário de Mocajuba. Os desafios encontrados que se caracterizam como indicadores para essa especificidade dialogam com os dados apresentados anteriormente, onde para ingressarem nessas instituições o papel das políticas de acesso se torna fundamental e inerente às possibilidades de ampliar o ingresso de cada vez mais alunos oriundos de classes populares nesse meio. No entanto, não basta somente propiciar o acesso é preciso criar condições para que esses alunos permaneçam e concluam os cursos, com isso foram encontrados indicadores que dificultam esses elementos, tais como o deslocamento dos alunos para o município a fim

de estudarem, além da renda mensal desses alunos ser um indicador que contribuem para essas demandas se tornarem mais desafiadoras.

Além disso, há número muito significativo desses alunos pesquisados que não são contemplados por nenhuma política de assistência estudantil de permanência, que tem como principal viés contribuir para que sua permanência se dê de forma mais eficaz contribuindo para a sua não desistência e assim concretização de sua formação. Os dados apresentados aqui refletem os indicadores que dificultam esse acesso e principalmente a permanência dos alunos, sendo nesse sentido necessário pensar junto com a instituição, junto com a coordenação de assistência estudantil mecanismo para criar coletivamente ações que possam amenizar e contribuir para uma educação de qualidade no ensino superior nos municípios, principalmente no polo universitário Sérgio Maneschy.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n° 6.096, de 24 de abril de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007, p. 7. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm
Acesso em: 07 jan. 2021.

BRASIL. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010, p. 5. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 09 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.824, de 11 de out. de 2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, D.F., 11 out. 2012.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **A universidade pública sobre nova perspectiva**. Revista brasileira de educação, Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo, n. 24, set/out/nov/dez. 2003.

COELHO, Maria do Socorro da Costa. **Nas águas o diploma:** o olhar dos egressos sobre a Política de Interiorização da UFPA em Cametá- PA. 2008. Tese (Doutorado em Educação - Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

COSTA, Maria Raimunda Santos da, 1953. As Repercussões da interiorização da UFPA no trabalho dos docentes da rede estadual de ensino nas décadas de 1980 e 1990 / Maria Raimunda Santos da Costa. – 2014

CUNHA, Luiz Antônio. **Autonomia universitária:** teoria e prática. Avaliação- Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Porto Alegre. 2005.

CUNHA, Luiz, Antônio. Qual Universidade? São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FILHO, Alípio de Sousa. O ideal de Universidade e de sua missão. *In*: SEVEGNANI, P; MOLL, J. **Universidade e mundo de trabalho**. Brasília. Instituto Nacional Anísio Teixeira. 2006.

FORTES, Ricardo Luiz Rocha. **O cursinho como unidade escolar de mediação entre o ensino médio e a Universidade:** particularidade, sentidos e perspectivas. Belo Horizonte. 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional.** In: Fazenda, I. (Org). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1991.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo; Atlas, 2003.

MELLO, A. F de. **Para construir uma universidade na Amazônia**: realidade e utopia. Belém. EDUFPA, 2007.

NEVES, L. E. B; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, R. F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Dossiê. Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº17, jan./jun. 2007, p. 124-157.

NUNES, Roseli Souza dos Reis; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. A permanência na educação superior: Múltiplos olhares. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v. 6 n.16, p.48-63, jan./abr.2016.

OLIVA, Luciana Menezes da Cunha Rêgo. **Sistema de Cotas na Universidade Pública Brasileira:** Avaliação da Experiência da UNB após a Lei 12.711/12. Brasília, 2020.

QUEIROZ D (2012). Mascarenhas. As políticas de cotas para negros nas universidades brasileiras e a posição dos intelectuais. **Revista Pedagógica – UNOCHAPECÓ**, Ano-15, 1(28).

RODRIGUES, Doriedson S., SILVA, Gilmar Pereira da. Universidade Multicampi: A interiorização e o PARFOR In: PARFOR: Práxis Amazônicas na Formação dos Professores da Educação Básica. / João Batista do Carmo Silva, Jorge Domingues Lopes, organizadores. – Cametá, PA: Campus Universitário do Tocantins/ Cametá-UFPA, 2017

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Entre a escola pública e a universidade: longa travessia para jovens de origem popular. IN: Observatório de vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: **EDUFBA**, 2011, pp. 27-51. ISBN 978-85-232-1211-7. Acesso em: 24 mar. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. rev e atual. São Paulo. 2007.

SCHER, Aline Juliana; OLIVEIRA, Edson Marques. Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Realeza/PR. **Avaliação, Campinas**; Sorocaba, SP, v. 25, n. 01, p. 5-26, mar. 2020.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Negros na universidade e produção de conhecimento. In. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (org.). **Educação e ações afirmativas:** entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, p.43-54.

SILVA, J. B. C. *et al.* Função social da universidade no interior da Amazônia em tempos de pandemia. In: SILVA, J. B. C. (org.). **Universidade, formação e trabalho**: implicações do isolamento social na rotina dos (as) estudantes do curso de pedagogia – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 111p.

SIMÕES, Mara Leite. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.22, n.2, p. 136-152, jul.-dez. 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo; Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2025 (PDI). Belém/Pará. 2016. Disponível em: https://portal.ufpa.br/images/docs/PDI_2016-2025.pdf. Acesso em 09 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Plano de Desenvolvimento da Unidade/ Campus Universitário do Tocantins/Cametá 2017-2020. Cametá/Pará. 2017. Disponível em: http://www.campuscameta.ufpa.br/documentos/legislacao/PDU%20-%20Campus%20Camet%C3%A1%202017-2020.pdf. Acesso em: 09 jan. 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. 3ª ed. (Obra original publicada em 1984). Porto Alegre: Bookman, 2005.